

PORTAL PIAUÍ HOJE: <http://piauihoje.com/noticias/ministerio-publico-realiza-vistoria-no-hut-para-verificar-a-atuacao-de-fisioterapeutas/>

Geral

Ministério Público realiza vistoria no HUT para verificar atuação de fisioterapeutas

Fonte: Com informações do MPPI | Editor: Alinny Maria22/06/2017 13:03



O Ministério Público do Piauí (MPPI) realizou uma vistoria no Hospital de Urgência de Teresina (HUT) nessa quarta-feira (21) para averiguar se a unidade hospitalar está cumprindo procedimentos que foram instaurados na unidade hospitalar tais como a atuação de profissionais fisioterapeutas todos os dias, durante 24 horas.

Durante a inspeção foram verificadas as salas de estabilização, UTIs, enfermarias, setores de nutrição, queimados e de realização de endoscopias. Após a vistoria, o promotor Eny Marcos Vieira Pontes, titular da 29ª Promotoria de Justiça de Teresina, ressaltou que já podem ser verificados avanços quanto às recomendações e aos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que foram firmados com o HUT. No entanto, apesar de algumas medidas terem sido cumpridas, outras irregularidades foram constatadas.

O promotor enfatizou a importância de o atendimento ser oferecido de forma adequada, em virtude de ser um hospital de referência de alta complexidade, com atendimento de urgência no setor de trauma. Fatores que justificam a importância de fisioterapeutas com atuação por 24 horas, todos os dias, inclusive nos finais de semana. Principalmente, nos setores de Pronto-Atendimento e nas Unidades de Terapia Intensiva.



Foi comprovado durante a vistoria, por meio das escalas que faltam profissionais, nos horários noturnos e nos finais de semana. Documentos, laudos e depoimentos sobre a redução no quadro de fisioterapeutas foram colhidos pelo Promotor de Justiça. Segundo os profissionais que trabalham no hospital, a ausência de fisioterapeutas resulta em ocorrências que oferecem prejuízos aos pacientes, inclusive com o registro de um óbito, pela ausência do atendimento fisioterapêutico.

O laudo da vistoria será concluído em 15 dias. Diante do descumprimento dos termos já firmados medidas judiciais poderão ser adotadas, assim como aplicadas as sanções estabelecidas nos documentos, inclusive com o pagamento de multas. Quanto às irregularidades que foram constatadas serão feitas novas recomendações e TACs.

O Promotor de Justiça, participou da inspeção juntamente com servidores do MPPI, membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Piauí, gerente da Diretoria de Vigilância Estadual e Coordenador de Radiodiagnóstico da Divisa. O grupo foi recebido pelo diretor-geral Gilberto Albuquerque e pelo Coordenador de fisioterapia Ricardo Barros.

PORTAL CIDADE VERDE: <http://cidadeverde.com/noticias/250389/firmino-e-silvio-sao-condenados-por-contratar-servidores-sem-concurso>

22/06/17, 18:09

Firmino e Sílvio são condenados por contratar servidores sem concurso



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XXXIX - Nº 8232 Disponibilização: Quinta-feira, 22 de Junho de 2017 Publicação: Sexta-feira, 23 de Junho de 2017

Advogado(s): CARLOS YURI ARAÚJO DE MORAIS (OAB Nº 3559)

ANTE O EXPOSTO, com base nas lições acima, nos termos do art.487. I, do CPC, julgo procedente o pedido, o pedido contido na inicial, a fim de condenar FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO E SÍLVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO pelas práticas de ato de improbidade administrativa previstos no art.11 c/c art. 12, inciso. III, ambos da Lei nº 8429/92, impondo-lhes as seguintes penalidades: a) suspensão dos direitos políticos pelo período de 03 (três) anos, considerando a existência de inúmeros casos de contratação ilegal de servidor sem concurso Público; b) pagamento de multa civil no valor de 20 (vinte) vezes o valor da última remuneração recebida; c) proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos. Custas processuais e honorários advocatícios pelo requerido, este no percentual de 10 (dez) por cento do valor da causa, conforme art. 85, § 2º do CPC. P. R. I. Teresina, 21 de junho de 2017. ADERSON ANTÔNIO BRITO NOGUEIRA, Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina. E, para constar, eu, Rejane Brito da Silva, digitei e conferi a presente sentença. 21 de junho de 2017.

O prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), e o atual presidente da Fundação Municipal de Saúde (FMS), Sílvio Mendes, foram condenados a suspensão de seus direitos políticos pelo período de 3 anos por crime de improbidade administrativa. A decisão, publicada no Diário da Justiça desta quinta-feira (22), é do juiz Aderson Antônio Brito Nogueira, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina.

Os tucanos foram acusados pelo Ministério Público do Estado (MPE) de contratar, sem concurso, servidores para a Fundação Municipal de Saúde. A ação foi ajuizada em 2013.

A defesa de Firmino alegou que a FMS antes de sua gestão não dispunha de um quadro de servidores próprios, sendo que este quadro só foi criado com a edição da Lei 4.130/2011. "Oportunidade em que a mão de obra foi sendo substituída gradativamente por servidores concursados de forma a não desencadear uma situação de caos na saúde pública", afirmou a defesa.

No entanto, o juiz entendeu que mesmo após a edição da lei as contratações continuaram. "Mesmo após a edição da lei, a prática de contratação direta de servidores era uma realidade constante conforme mostram contracheques anexados", disse o juiz.

A defesa alegou ainda a prescrição do processo, já que o MPE relata contratações dos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008. "A ação foi ajuizada em 2013, sendo que Firmino e Sílvio Mendes encerraram seus mandatos em 2004 e 2010", diz a defesa.

Foto: Wilson Filho



O argumento também foi derrubado pelo juiz que, além da perda dos direitos políticos, condenou Firmino e Sílvio a pagamento de multa civil no valor de 20 vezes o valor da última remuneração recebida; proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 anos.

Em contato com o *Cidadeverde.com*, o advogado de Firmino Filho, Carlos Yuri, disse que vai entrar com embargos de declaração contra a decisão já nesta sexta-feira (23). "Essa ação questiona contratações de 2009 de 11 auxiliares administrativos, um psicólogo e um enfermeiro de 30 horas. Demonstramos toda a questão da urgência e que estávamos em processo para realizar concurso, mas o juiz achou por bem condenar, mesmo com a excepcionalidade da contratação. Mostramos que todas as contratações foram temporárias. Entro com embargo amanhã, pois a decisão tem algumas omissões", declarou.

PORTAL OITO MEIA: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/06/22/defesa-de-firmino-e-de-silvio-garante-equivocos-em-acao-de-improbidade-administrativa/>

Defesa de Firmino e de Silvio garante equívocos em ação de improbidade administrativa

“Tivemos 18 processos e desse número sete foram julgados a favor de Firmino e Sílvio, comprovando que os mesmos não tinham praticado nenhum ato doloso”, explicou o advogado

22/06/2017 - Atualizado em: 22/06/2017, 18:21 Publicado por: Redação OitoMeia

O advogado Carlos Yuri Araújo de Moraes entrará na Justiça com um recurso para mostrar que houve equívocos na sentença que julga procedente a Ação de Improbidade Administrativa condenando o prefeito de Teresina, Firmino Filho, e o presidente da Fundação Municipal de Saúde, Sílvio Mendes, por contratação irregular de servidores.

Segundo o advogado, responsável pela defesa do prefeito Firmino Filho, houve equívocos na hora de elaborar a sentença no que se refere a fatos que não estão no processo do Ministério Público do Estado do Piauí.



Firmino Filho e Sílvio Mendes (Foto: Divulgação)

“No ano de 2013 o Ministério Público entrou com várias ações no que tange ao Firmino Filho e Sílvio Mendes referentes aos anos de 2005 e 2010. Em todos

os casos havia contratação temporária de servidores para suprir necessidade transitória na área de saúde no município de Teresina. Tivemos 18 processos contra os gestores e desse número, sete foram julgados a favor de Firmino e Sílvio, comprovando que os mesmos não tinham praticado nenhum ato doloso e que foi provada a necessidade da contratação. Portanto, essa condenação é uma surpresa, tendo em vista que há sete sentenças favoráveis. Mas estamos tranquilos e iremos entrar com o recurso, pois temos como provar que tudo foi feito dentro da legalidade”, explicou.

Carlos Yuri lembra ainda que nesse período no qual o prefeito Firmino Filho e Sílvio Mendes são citados na ação aconteceram vários fatos na saúde como uma auditoria no ano de 2004 do Ministério da Saúde determinando que as equipes do Programa Saúde da Família saíssem de dentro dos hospitais e tivesse estrutura própria, o que justificou as contratações em 2005.

Em 2008 houve uma Ação Civil pública determinando a abertura dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e nesse período foram criados três CAPS. Neste mesmo ano aconteceu a abertura do Hospital de Urgência de Teresina e no ano de 2010 foi necessária a ampliação da estrutura dos CAPS.

“Esse é o contexto das contratações, portanto, a administração municipal tem como provar a necessidade das contratações e iremos entrar com o recurso”, destacou o advogado.

PORTAL AZ: <https://www.portalaz.com.br/noticia/municipios/398257/tce-pi-aprova-bloqueio-de-contas-e-de-precatorios-atingindo-22-municipios>

TCE-PI aprova bloqueio de contas e de precatórios atingindo 22 municípios do Piauí

O bloqueio das contas por falta de pagamentos foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros

Da Redação do Portal AZ 22 de Junho de 2017, 16:58

O pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou na sessão desta quinta-feira (22) o pedido de bloqueio das contas de oito municípios por atraso no pagamento de parcelamentos de dívidas do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social). Também foi aprovado o bloqueio preventivo de precatórios do antigo Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) de 14 municípios.



As propostas de bloqueio foram apresentadas pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente, e aprovadas por unanimidade pelos conselheiros do TCE-PI. Os municípios com

atraso nos parcelamentos do RPPS são: Alegrete do Piauí, Barro Duro, Bertolândia, Cajueiro da Praia, Campo Maior, Curralinhos, Fronteiras e Lagoa Alegre. Os ofícios com a determinação de bloqueio vão ser enviados ao banco para efetivação da medida.

Mas os municípios podem atualizar os pagamentos e evitar que o bloqueio seja efetivado, desde que comuniquem ao TCE-PI a regularização da pendência. No caso dos precatórios do Fundef, Plínio Valente justificou que o bloqueio é uma medida preventiva para evitar desvio ou má gestão, já que são recursos não previstos no orçamento dos municípios e os gestores não têm planos de aplicação do dinheiro, que devem ser destinados prioritariamente à área de educação.

No total, os 14 municípios devem receber R\$ 66,392 milhões. A previsão é de que os precatórios entrem na conta dos municípios em julho próximo. O TCE-PI decidiu que os municípios devem apresentar um cronograma de aplicação dos recursos para o desbloqueio. Os 14 municípios com precatórios bloqueados são: São Félix do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Cajazeiras do Piauí, Floresta do Piauí, Pimenteiras, Uruçuí, Dirceu Arcoverde, Miguel Alves, São João da Fronteira, Canto do Buriti, Várzea Grande, Elizeu Martins, Lagoa do Piauí e Simplício Mendes.

Consulta Técnica

O Pleno do TCE-PI também apreciou na sessão desta quinta-feira uma consulta da Associação Piauiense de Municípios (APPM), para saber se os municípios podem deixar de publicar seus documentos oficiais no Diário Oficial dos Municípios e publicá-los apenas em meio eletrônico. O conselheiro Luciano Nunes pediu vista do processo por duas sessões e o julgamento não foi concluído.

PORTAL VI AGORA: <http://www.viagora.com.br/noticias/ministerio-publico-constata-falta-de-fisioterapeutas-no-hut-61937.html>

Piauí

Ministério Público constata falta de fisioterapeutas no HUT

Durante vistoria, ficou comprovado a ausência desses profissionais em determinados dias e horários. Até um óbito foi causado pela ausência.

JOSEFA GEOVANA

22/06/2017 20h02 - atualizado 20h02

Durante vistoria realizada nesta quarta-feira (21), pelo Ministério Público para averiguar os avanços em relação aos Termos de Ajustamento de Conduta (TAG), do Hospital de Urgência de Teresina (HUT), foram encontradas algumas irregularidades, entre elas a falta de fisioterapeutas.

- Foto: Divulgação / Ministério Público do Estado do Piauí



Vistoria

realizada no HUT

Foi comprovado durante a vistoria, por meio de escalas, que faltam profissionais de fisioterapia nos horários noturno e aos finais de

semana. De acordo com o Promotor de Justiça Eny Marcos Vieira Pontes, da 29ª Promotoria, o HUT se trata de um hospital que possui referência no atendimento de urgência da capital.

É importante que o atendimento à população seja oferecido de forma adequada, e que conte com a atuação de fisioterapeutas durante 24 horas, todos os dias, inclusive aos finais de semana.

O Promotor de Justiça recolheu documentos, depoimentos e laudos sobre a redução do quadro de fisioterapeutas. Os profissionais que trabalham no local, explicaram que a ausência de fisioterapeutas causa ocorrências que prejudicam os pacientes, e com isso já foi registrado um óbito devido à falta de fisioterapeutas.

O prazo para o laudo ser concluído é de 15 dias. Caso os termos judiciais firmados forem descumpridos, medidas judiciais serão aplicadas, e o hospital pode ficar sujeito a multa.

PORTAL CAPITAL TERESINA:

<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/educacao/professores-da-rede-publica-ganham-em-media-r-33-mil-51966.html>

22/06/2017 - 16:57

Professores da rede pública ganham, em média, R\$ 3,3 mil

Na rede privada, a média de salários é de R\$ 2,59 mil

Os professores da educação básica da rede pública (federal, estadual e municipal) ganhavam, em média, um salário de R\$ 3,3 mil em 2014. O menor salário é dos professores da rede municipal, que ganhavam R\$ 3,11 mil para uma jornada de 40 horas semanais.

Os dados são de um estudo inédito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Segundo o levantamento, a maior remuneração média é dos professores da rede federal de ensino que atuam, prioritariamente, no ensino médio, com R\$ 7,76 mil. Os professores da rede estadual ganham em média R\$ 3,47 mil. Na rede privada, a média de salários é de R\$ 2,59 mil.

O levantamento apontou a existência de 2 milhões de professores em todo o país. Os dados de remuneração de docentes foram obtidos pela combinação de dados do Censo Escolar e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Previdência Social. A metodologia considerou a média das remunerações mensais informadas na Rais compostas por salários, adicionais, bonificações e gratificações, sem incluir o 13º salário.

Segundo o Inep, o estudo servirá de base para um debate nacional com as redes de ensino sobre a remuneração média dos professores em exercício na educação básica. As informações poderão contribuir, por exemplo, para a formulação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (Caqi) e para discussões sobre a carreira dos professores.

PORTAL POLÍTICA DINÂMICA: <http://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/luis-andre-quer-se-tornar-o-ldquo-vereador-da-educacao-rdquo1498146206-8604.html>

AMBIÇÃO

LUÍS ANDRÉ QUER SER O “VEREADOR DA EDUCAÇÃO”

PARLAMENTAR DISSE QUE ESTÁ ESTUDANDO TUDO SOBRE O SEGMENTO EDUCACIONAL E VAI CONVERSAR ATÉ COM O MINISTRO MENDONÇA FILHO

22/06/2017 12:24 - Atualizado em 22/06/2017 12:54



Parlamentar do PSL

quer virar destaque (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

O vereador Luís André (PSL) anda pensando grande na Câmara Municipal de Teresina. O objetivo do parlamentar é ser reconhecido em toda a capital piauiense como “o vereador da educação”. Segundo ele, as ações para conseguir essa proeza já estão em andamento e ainda devem se intensificar cada vez mais.

Luís André diz que irá se reunir em Brasília com o ministro da Educação Mendonça Filho (DEM). O encontro também deverá ter a presença do deputado federal Átila Lira (PSB), com quem o vereador mantém estreita relação política. Ele quer, inclusive, que Átila destine R\$ 1 milhão de emenda para ajudar a administração do prefeito Firmino Filho.

O vereador explica que está estudando tudo sobre educação e conhecendo cada uma das mais de 300 escolas municipais da capital. “Vou visitar todas as escolas de Teresina. Já visitei umas 50 e até julho de 2018 quero ter visitado todas”, explicou o parlamentar dizendo que vai destinar 1/3 das suas emendas para a Educação.

Ele ainda criticou a oposição na Câmara Municipal que “bate” no prefeito Firmino, mas não ajuda na educação do município com a destinação de emendas. Conforme o vereador, é preciso criticar e colaborar com as áreas que precisam de investimento.